

Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa 2019

Em conformidade com o art. 8º, incisos I, III e VIII, da Lei Federal nº 13.303/2016, o Conselho de Administração da EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA –
EGBA subscreve a presente Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa

Mensagem do Conselho de Administração

É com imensa satisfação e a certeza de grande responsabilidade, que o Conselho de Administração emite a presente mensagem:

Trata-se da Empresa Gráfica da Bahia – EGBA, empresa pública, com mais de 100 anos de existência, sólida e reconhecidamente inovadora, certificada por organismos internacionais que asseguram a qualidade dos seus processos e serviços.

O objetivo é dar continuidade a trajetória de sucesso da Empresa, com a convicção de que o caminho a percorrer incorre na revisita da identidade organizacional e a prática cotidiana à luz da Visão, Missão e Valores, e boas práticas do mercado, o que nos guiará ao longo do ano.

Novos ciclos envolvem novos desafios, tendo como pilares da gestão a eficiência, eficácia, inovação e efetividade com o objetivo de atingir o superávit da relação entre receita x despesa, busca pela diversificação e novos mercados, e promover melhorias em nossos serviços prestados.

Com isso, a visão da Empresa de ser reconhecida como uma empresa pública com excelência em produtos gráficos e soluções de gestão da informação na Bahia, a missão de atender nossos clientes, provendo produtos gráficos e soluções de gestão da informação, com disponibilidade, confiabilidade, integridade e autenticidade, de forma sustentável, e nossos valores de comprometimento, credibilidade, respeito, transparência e valorização das pessoas, molda a organização para alcance dos seus objetivos impresso no Planejamento Estratégico Organizacional, alinhado com os compromissos assumidos pelo Governo do Estado no Plano Plurianual – PPA.

É válido registrar e dar destaque, à necessidade de ampliar e inovar os produtos e serviços relacionados à Gestão da Informação, com segurança, logística adequada e capacidade para absorver as demandas do Estado.

Destaca-se também a necessidade de contínuo aperfeiçoamento dos processos e mecanismos tecnológicos contidos no ciclo do gerenciamento, publicação, veiculação e guarda dos atos oficiais, por meio do Diário Oficial do Estado da Bahia.

Reconhecemos que, 2019 ainda será um ano de incertezas. Isso exigirá, além de esforço adicional, cautela e austeridade, por meio de um planejamento criterioso e de uma execução precisa, para entregar à sociedade produtos e serviços de qualidade.

Identificação Geral

CNPJ:	15.257.819/0001-06
Domicílio Sede:	Salvador – Bahia – Brasil
Endereço:	Rua Mello Moraes Filho, 189 - Fazenda Grande do Retiro, CEP 40352-000 - Salvador - Bahia
Tipo de Estatal:	Empresa pública
Acionista Controlador:	Governo do Estado da Bahia
Tipo societário:	Sociedade Anônima
Tipo de capital:	Fechado
Abrangência de atuação:	Regional
Setor de atuação:	Indústria e Serviços
Audidores Independentes atuais da empresa:	IGF Auditores e Consultores Independentes S/S
Data de divulgação:	30/04/2019

Administradores subscritores

Conselho de Administração		
Nome	Cargo	CPF
Bruno Dauster Magalhães e Silva	CASA CIVIL	712.013.007-20
Roberto Pereira de Britto	EGBA	112.577.415-00
Edelvino Da Silva Góes Filho	SAEB	726.048.595-72
André Nascimento Curvello	SECOM	344.184.905-15
João Carlos Oliveira da Silva	SEMA	108.602.905-49

Conselho Fiscal			
Nome	Cargo	CPF	
Márcia Cristina Telles de Araújo	INEMA	425.125.495-34	
Jassicon Queiróz dos Santos	SESAB	003.948.685-01	
Willadesmon Santos da Silva	ADAB	411.829.105-30	
Diretoria			
Nome	Cargo	E-mail	CPF
Roberto Pereira de Britto	Diretor Geral	roberto.britto@egba.ba.gov.br	112.577.415-00
Marcos Emílio Barbosa dos Santos	Diretor Técnico	marcosemilio.santos@egba.ba.gov.br	740.794.505-59

Políticas Públicas

A Lei federal nº 13.303/2016, em seu artigo 8º, incisos I, III e VIII, determina a declaração formal dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas, em atendimento ao interesse coletivo que justificou a autorização para a criação da EGBA, com definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como a divulgação de informações relevantes, em especial as relativas a atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração. Essas informações estão detalhadas a seguir.

Interesse público subjacente às atividades empresariais:

A Lei estadual da Bahia nº 3.037, de 03 de outubro de 1972, transformou a antiga Imprensa Oficial da Bahia – IOB, em Empresa Gráfica da Bahia - EGBA, com personalidade jurídica de direito privado, estabelecendo como seu objetivo principal publicar os atos do Poder Judiciário do Estado e dos Poderes Executivo e Legislativo do Estado e dos Municípios, bem como executar serviços gráficos, digitais e de gestão documental, necessários aos órgãos e entidades do Serviço Público Estadual e a Particulares.

Considerando as atividades anteriores do IOB, com mais de 100 anos, a EGBA atua de forma responsável para promover a transparência e publicidade dos atos oficiais do Governo do Estado da Bahia, além prover produtos gráficos e gestão da informação, com disponibilidade, confidencialidade, integridade e autenticidade.

O Diário Oficial do Estado é o veículo de informação oficial responsável pelo processo de publicidade dos atos oficiais, e a EGBA tem o papel de editar, imprimir, comercializar e distribuir os Diários Oficiais e neles veicular as publicações determinadas por lei, de natureza pública e privada.

Neste contexto, a EGBA é responsável ainda por manter sob sua permanente guarda e conservação as publicações dos atos e documentos públicos e privados, assegurando o acesso a qualquer interessado, pelos meios tecnológicos mais apropriados.

Com o avanço das tecnologias de informação e comunicação, e com o advento da popularização da informação digital, cumpriu à EGBA o papel de atualizar os mecanismos e formar de assegurar a autenticidade e confiabilidade das informações, por meio dos serviços de certificação digital e mecânica, de todos os atos e documentos públicos e privados, além de certificar, por meio digital e mecânico, a pedido de qualquer interessado, os documentos objeto de suas publicações.

Além disso, a EGBA tem como competência:

- a) Prestar serviços de certificação digital para o Poder Judiciário da União e dos Estados, para os Poderes Executivo e Legislativo da União, dos Estados e dos Municípios, e demais entidades de interesse público e privado;
- b) Distribuir a publicidade legal dos órgãos, entidades e sociedades integrantes da Administração Pública;
- c) Estadual, direta e indireta nos termos da lei;
- d) Promover e atualizar permanentemente serviços eletrônicos das publicações dos atos e documentos públicos e privados, garantindo o seu acesso mediante a utilização das mais avançadas tecnologias;
- e) Editar, imprimir, digitar, distribuir, armazenar e comercializar outras publicações de interesse público, tais como revistas, livros, cartazes, folhetos, plantas, mapas, coleções de leis e decretos, e demais impressos de interesse do Poder Judiciário da União e dos Estados e dos Poderes Executivo e Legislativo da União, dos Estados e dos Municípios, e demais entidades de interesse público e privado;
- f) Instalar unidades físicas e de internet para venda de Publicações da EGBA e das Imprensas Oficiais do Brasil e Editoras Universitárias;
- g) Criar e manter programas de aperfeiçoamento profissional de seus empregados e de parceiros de áreas afins.

Políticas Públicas

O Plano Plurianual – PPA, previsto na Constituição do Estado da Bahia (1989), é o instrumento de planejamento que estabelece diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Estadual para viabilizar a implementação e a gestão de políticas públicas, orientar a definição de prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável. Tudo isso utilizando no processo a escuta social que traz para o rol da tomada de decisão do Estado às demandas da sociedade civil.

Compete a Secretária de Planejamento (SEPLAN), em articulação com os demais órgãos e entidades do Poder Executivo, coordenar os processos de elaboração, monitoramento, avaliação e revisão do PPA vigente, e disponibilizar metodologia, orientação e apoio técnico para a sua gestão.

A Empresa Gráfica da Bahia insere-se no PPA como agente executor de políticas públicas governamentais, por meio do programa Gestão Participativa, com o compromisso de ampliar e modernizar a Empresa, tornando seu processo produtivo mais eficiente e eficaz.

As iniciativas governamentais que compõem o PPA norteiam os direcionamentos da Estratégia Corporativa da Empresa Gráfica da Bahia.

Iniciativas Governamentais

Dentro do Programa “Gestão Participativa” com o compromisso de ampliar e modernizar a Empresa Gráfica da Bahia, tornando seu processo produtivo mais eficiente e eficaz, procurou-se promover a inovação da gestão, com democracia, participação e transparência, na forma definida pelo Governo, buscando a inserção no mundo digital e oferecendo novos produtos para os órgãos do Estado.

O Projeto de Reequipamento do Parque Industrial e Tecnológico da EGBA - sob a gestão da Diretoria Técnica – DIRTEC, orçado em R\$ 3.000.000,00, e planejado com a finalidade de aquisição de computadores, bem como licenças para atualização dos sistemas de conectividade de rede local de computadores e sistemas de monitoramento e segurança de rede local de computadores, visando a melhoria do processo produtivo da EGBA.

O Projeto Reestruturação dos Espaços Físicos, de responsabilidade da Diretoria Técnica, foi orçado em R\$ 736.000,00, referente a obras de instalação do sistema de combate a incêndio, visando a segurança da gestão dos documentos oficiais dos órgãos do Estado.

Ressalta-se que execução dos projetos vem sendo implementada de acordo com o fluxo de caixa e desempenho financeiro da empresa, já que a Empresa não recebe repasses do Governo do Estado e a fonte de receita da sua prestação de serviços.

Ações orçamentárias não prioritárias por compromisso/programa, consideradas relevantes pela UJ

Unidade Orçamentária (UO): 14.800	
Programa: Gestão Participativa	Código: 218
Compromisso: Ampliar e modernizar a Empresa Gráfica da Bahia, tornando seu processo produtivo mais eficiente e eficaz.	
Iniciativa:	
Ações orçamentárias não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ	
Código	Descrição
1008	Reestruturação dos espaços físicos
3882	Reequipamento do parque industrial e tecnológico da EGBA

Fonte: LDO / LOA

Notas:

⁽¹⁾ Apenas os compromissos que tenham ações não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ.

⁽²⁾ Ações orçamentárias sem indicativo de prioridade, porém consideradas relevantes pela UJ (Referência: Relatório M&A 004/FIPLAN).

Impactos econômico-financeiros da Operacionalização das Políticas Públicas

Demonstrativo da execução orçamentária, financeira e física das ações orçamentárias/compromisso/programa sob responsabilidade da EGBA

Unidade Orçamentária (UO): 14.800								
Programa: Gestão Participativa								
Compromisso: Ampliar e modernizar a Empresa Gráfica da Bahia, tornando seu processo produtivo mais eficiente e eficaz.								
Execução Física						Execução Orçamentária e Financeira		
Ação	Produto	Unidade de medida	Previsto	Em execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Pago (R\$)
1008	Reestruturação dos espaços físicos	un	1	1		736.000,00	736.000,00	276.000,00
3882	Reequipamento do parque industrial e tecnológico da EGBA	un	1	1		3.000.000,00	3.000.000,00	909.000,00
Total						3.736.000,00	3.736.000,00	1.185.000,00

Fonte: Seção de Contabilidade EGBA

Comentários dos administradores

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, segunda-feira, às 9h, na Secretaria da Casa Civil, situada na 3ª Avenida, 390 – Centro Administrativo da Bahia – CAB, Salvador – Bahia, reuniu-se, para realizar reunião, o Conselho de Administração da Empresa Gráfica da Bahia – EGBA.

O diretor-geral da EGBA, Roberto Britto, disse que a Auditoria Externa contratada (IGF – Auditores e Consultores Independentes S/S) para analisar as contas da EGBA aprovou as mesmas sem ressalvas. O Secretário Bruno Dauster perguntou sobre o passivo trabalhista da EGBA, que já foi de R\$ 4 milhões. O representante da AUDICONT disse que o passivo tem sido reduzido ao longo do tempo. Quanto ao Caixa da empresa, para o qual o secretário Bruno Dauster pediu informações, o assessor da EGBA Marcos Dacach disse que vem registrando declínio e tendência de se agravar. Dadas essas explicações, foi apresentada, aprovada e assinada a Resolução que aprova a Prestação de Contas da EGBA – Exercício 2018, conforme transcrita a seguir: O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA – EGBA, cumprindo determinações legais e no uso da competência que lhe confere o Artigo 6º, inciso X, do Estatuto da Empresa; considerando as Demonstrações Contábeis elaboradas pela empresa AUDICONT AUDITORES E CONSULTORES e auditadas pela IGF – AUDITORES E CONSULTORES INDEPENDENTES S/S, bem como a opinião favorável constante do Parecer do Conselho Fiscal, de 16/04/2019, RESOLVE aprovar a PRESTAÇÃO DE CONTAS DA EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA, referente ao exercício de 2018, concluindo que expressa a real situação da Empresa no período, estando, pois, em condição de ser encaminhada ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado da Bahia – TCE.

Estrutura de Controles Internos e Gerenciamento de Riscos

A Empresa Gráfica da Bahia – EGBA é uma empresa certificada pelos sistemas de gestão da qualidade ISO 9001 e ISO/IEC 20000-1.

Assim, possui normas de procedimento a serem seguidas por todos os empregados com o objetivo de garantir a qualidade dos serviços prestados.

Todos os processos são organizados em obediência às normas de procedimento, de forma a exercer um controle eficiente na gestão.

A Diretoria Geral determinou que todos os processos de pagamento fossem analisados previamente pelo Conselho Fiscal. Os demais processos, em sua grande maioria, também são previamente analisados pelo Conselho Fiscal.

Dentro desse conceito, os processos são analisados pelo Conselho Fiscal em tempo real de forma que possíveis desvios sejam corrigidos de imediato, razão pela qual, conforme demonstrado no quadro abaixo, todas as áreas da empresa sofreram algum tipo de auditoria ao longo do exercício. No total foram analisados 1.318 processos e as irregularidades detectadas foram objeto de orientações e sugestões visando ao saneamento.

Os processos licitatórios em sua maioria foram acompanhados desde a sua instrução até a publicação dos contratos finalizando com a análise dos processos de pagamento. Ao longo do exercício foram analisadas ou acompanhadas as publicações de 49 contratos, 2 convênios, 3 processos de dispensa de licitação, 11 processos de inexigibilidade de licitação, 49 processos de Pregão Eletrônico; 3 termos de cessão de empregados, 27 termos de reconhecimento de débitos e 56 Autorizações de Fornecimento de Materiais ou Serviços.

Foram realizadas ao mínimo 09 Auditorias Específicas em contratos, uma em Convênio e 8 em processos diversos. Foi acompanhada uma Auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado, bem como foram acompanhados e analisados mais de 35 Procedimentos elaborados ou atualizados pela Assessoria do Sistema de Gestão Integrada – SGI.

Das análises efetuadas é possível afirmar que o controle interno é eficiente. Entretanto, a eficácia ainda carece de melhorias face à deficiência do quadro funcional, incipiente em termos de formação para melhor desempenhar as atividades inerentes a cada processo. Para minimizar esta dificuldade, foi instituído o Programa de Incentivo ao Aperfeiçoamento Profissional, através do qual a empresa participa financeiramente com parte dos custos com formação, além de remunerar adicionalmente os empregados detentores de cursos de pós-graduação.

A Administração da EGBA é responsável por estabelecer, manter e aprimorar os controles e procedimentos internos. Esses controles observam as políticas e os procedimentos instituídos, por meio do Sistema de Gestão Integrada – SGI, para assegurar que os processos organizacionais reflitam, com elevado grau de certeza, as operações da Empresa.

As responsabilidades pelo gerenciamento dos riscos estão claramente estabelecidas e pressupõem uma atuação integrada e coordenada dos recursos por meio do SGI.

A Diretoria demonstra liderança e comprometimento com relação ao Sistema de Gestão Integrada responsabilizando-se por prestar contas pela eficácia do SGI, assegurando que a política de gestão integrada e os objetivos sejam estabelecidos para o SGI e que sejam compatíveis com o contexto e a direção estratégica da Empresa, assegurando a integração dos requisitos do SGI nos processos de negócio da EGBA, promovendo o uso da abordagem de processo e da mentalidade de risco, e outros.

A EGBA avalia e documenta os riscos para a continuidade e a disponibilidade de serviços e identifica e acorda com a Diretoria (e as partes interessadas) os requisitos de continuidade e disponibilidade de serviços.

Nos processos e nas suas atividades, que integram o SGI, identifica os riscos que possam conter, indica incidência e as oportunidades do risco.

Registra as atividades (identificadas como de risco) e semestralmente ou quando da inclusão de novos processos ou atividades, analisa o conteúdo do GERENCIADOR DE RISCO - PLA.F.004, verificando a necessidade de alterações no que foi definido.


Fatores de Risco

A análise dos fatores de risco das atividades da EGBA é desenvolvida através da aplicação do método SWOT, que deriva do idioma inglês, significando **Strengths** (Forças), **Weaknesses** (Fraquezas), **Opportunities** (Oportunidades) e **Threats** (Ameaças).

Nesse sentido, para atender à **abordagem de risco**, de forma integrada ao planejamento estratégico organização e em atendimento à ISO 9001:2015), o **dimensionamento do risco de todos os fatores críticos de sucesso** (forças, fraquezas, oportunidade e ameaças) foi inserido na metodologia utilizada. Em cada um dos fatores críticos de sucesso foi inserida a possibilidade de graduação da sua relevância e importância, a partir do modelo matemático, para ponderá-los e permitir a definição de relevância no conjunto elaborado pela Administração da EGBA.

Com base em tal método de análise de risco, cruzando os fatores críticos de sucesso e de risco, são gerados quadros de diretrizes estratégicas segregados por: **ALAVANCAGEM** (forças x oportunidades), **VULNERABILIDADE** (fraquezas x oportunidades), **RESTRICÇÃO** (fraqueza x oportunidade) e **CRISE** (fraqueza x ameaças).

Especificamente em relação ao cenário denominado **CRISE** (fraqueza x ameaças), que indica as diretrizes estratégicas de tratamento dos principais fatores de risco para a EGBA, pode ser assim resumizado nos quadros subsequentes:

		AMBIENTE DE CRISE				
FA	score	Ameaça	Fraqueza	Diretriz Estratégica	Perspectiva BSC	Objetivo Estratégico
FA	625	Concorrência dos institutos de publicidades municipais	Baixo comprometimento da força de trabalho	Desenvolver programa de melhoria do ambiente organizacional	APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL	Desenvolver programa de melhoria do ambiente organizacional
FA	625	Redução da demanda por impressão gráfica	Baixo comprometimento da força de trabalho	Desenvolver programa de melhoria do ambiente organizacional	APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL	Desenvolver programa de melhoria do ambiente organizacional
FA	625	Tendência da desobrigatoriedade de publicação (no DOE) de empresas de acordo com a lei das sociedades anônimas	Baixo comprometimento da força de trabalho	Desenvolver programa de melhoria do ambiente organizacional	APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL	Desenvolver programa de melhoria do ambiente organizacional
FA	375	Projeto de Lei nº 146/2007 - digitalização de documentos e seu descarte físico a cada 2 anos	Baixo comprometimento da força de trabalho	Desenvolver programa de melhoria do ambiente organizacional	APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL	Desenvolver programa de melhoria do ambiente organizacional
FA	250	Redesenho administrativo do Estado	Baixo comprometimento da força de trabalho	Desenvolver programa de melhoria do ambiente organizacional	APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL	Desenvolver programa de melhoria do ambiente organizacional
FA	400	Concorrência dos institutos de publicidades municipais	Plano de carreira defasado	Atualizar o Plano de Carreira	APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL	Atualizar o Plano de Carreira
FA	400	Redução da demanda por impressão gráfica	Plano de carreira defasado	Atualizar o Plano de Carreira	APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL	Atualizar o Plano de Carreira
FA	400	Tendência da desobrigatoriedade de publicação (no DOE) de empresas de acordo com a lei das sociedades anônimas	Plano de carreira defasado	Atualizar o Plano de Carreira	APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL	Atualizar o Plano de Carreira
FA	240	Projeto de Lei nº 146/2007 - digitalização de documentos e seu descarte físico a cada 2 anos	Plano de carreira defasado	Atualizar o Plano de Carreira	APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL	Atualizar o Plano de Carreira
FA	160	Redesenho administrativo do Estado	Plano de carreira defasado	Atualizar o Plano de Carreira	APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL	Atualizar o Plano de Carreira
FA	375	Concorrência dos institutos de publicidades municipais	Distribuição inadequada de recursos humanos	Propor a distribuição de pessoal conforme estudo de necessidade x alocação	APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL	Propor a distribuição de pessoal conforme estudo de necessidade x alocação
FA	375	Redução da demanda por impressão gráfica	Distribuição inadequada de recursos humanos	Propor a distribuição de pessoal conforme estudo de necessidade x alocação	APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL	Propor a distribuição de pessoal conforme estudo de necessidade x alocação
FA	375	Tendência da desobrigatoriedade de publicação (no DOE) de empresas de acordo com a lei das sociedades anônimas	Distribuição inadequada de recursos humanos	Propor a distribuição de pessoal conforme estudo de necessidade x alocação	APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL	Propor a distribuição de pessoal conforme estudo de necessidade x alocação
FA	225	Projeto de Lei nº 146/2007 - digitalização de documentos e seu descarte físico a cada 2 anos	Distribuição inadequada de recursos humanos	Propor a distribuição de pessoal conforme estudo de necessidade x alocação	APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL	Propor a distribuição de pessoal conforme estudo de necessidade x alocação
FA	150	Redesenho administrativo do Estado	Distribuição inadequada de recursos humanos	Propor a distribuição de pessoal conforme estudo de necessidade x alocação	APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL	Propor a distribuição de pessoal conforme estudo de necessidade x alocação



AMBIENTE DE CRISE

FA	score	Ameaça	Fraqueza	Diretriz Estratégica	Perspectiva BSC	Objetivo Estratégico
FA	625	Concorrência dos institutos de publicidades municipais	Falta de agilidade no trâmite de processos	Identificar os gargalos e redesenhar os processos	PROCESSOS	Identificar os gargalos e redesenhar os processos
FA	625	Redução da demanda por impressão gráfica	Falta de agilidade no trâmite de processos	Identificar os gargalos e redesenhar os processos	PROCESSOS	Identificar os gargalos e redesenhar os processos
FA	625	Tendência da desobrigatoriedade de publicação (no DOE) de empresas de acordo com a lei das sociedades anônimas	Falta de agilidade no trâmite de processos	Identificar os gargalos e redesenhar os processos	PROCESSOS	Identificar os gargalos e redesenhar os processos
FA	375	Projeto de Lei nº 146/2007 - digitalização de documentos e seu descarte físico a cada 2 anos	Falta de agilidade no trâmite de processos	Identificar os gargalos e redesenhar os processos	PROCESSOS	Identificar os gargalos e redesenhar os processos
FA	250	Redesenho administrativo do Estado	Falta de agilidade no trâmite de processos	Identificar os gargalos e redesenhar os processos	PROCESSOS	Identificar os gargalos e redesenhar os processos



AMBIENTE DE CRISE

FA	score	Ameaça	Fraqueza	Diretriz Estratégica	Perspectiva BSC	Objetivo Estratégico
FA	625	Concorrência dos institutos de publicidades municipais	Dificuldade em formar preços	Revisar todas as metodologias de formação de preços (abordagem de custos)	CLIENTE	Revisar todas as metodologias de formação de preços (abordagem de custos)
FA	625	Redução da demanda por impressão gráfica	Dificuldade em formar preços	Revisar todas as metodologias de formação de preços (abordagem de custos)	CLIENTE	Revisar todas as metodologias de formação de preços (abordagem de custos)
FA	625	Tendência da desobrigatoriedade de publicação (no DOE) de empresas de acordo com a lei das sociedades anônimas	Dificuldade em formar preços	Revisar todas as metodologias de formação de preços (abordagem de custos)	CLIENTE	Revisar todas as metodologias de formação de preços (abordagem de custos)
FA	375	Projeto de Lei nº 146/2007 - digitalização de documentos e seu descarte físico a cada 2 anos	Dificuldade em formar preços	Revisar todas as metodologias de formação de preços (abordagem de custos)	CLIENTE	Revisar todas as metodologias de formação de preços (abordagem de custos)
FA	250	Redesenho administrativo do Estado	Dificuldade em formar preços	Revisar todas as metodologias de formação de preços (abordagem de custos)	CLIENTE	Revisar todas as metodologias de formação de preços (abordagem de custos)
FA	400	Concorrência dos institutos de publicidades municipais	Baixo conhecimento da EGBA perante o mercado	Desenvolver programa de comunicação e marketing da EGBA	CLIENTE	Desenvolver programa de comunicação e marketing da EGBA
FA	400	Redução da demanda por impressão gráfica	Baixo conhecimento da EGBA perante o mercado	Desenvolver programa de comunicação e marketing da EGBA	CLIENTE	Desenvolver programa de comunicação e marketing da EGBA
FA	400	Tendência da desobrigatoriedade de publicação (no DOE) de empresas de acordo com a lei das sociedades anônimas	Baixo conhecimento da EGBA perante o mercado	Desenvolver programa de comunicação e marketing da EGBA	CLIENTE	Desenvolver programa de comunicação e marketing da EGBA
FA	240	Projeto de Lei nº 146/2007 - digitalização de documentos e seu descarte físico a cada 2 anos	Baixo conhecimento da EGBA perante o mercado	Desenvolver programa de comunicação e marketing da EGBA	CLIENTE	Desenvolver programa de comunicação e marketing da EGBA
FA	160	Redesenho administrativo do Estado	Baixo conhecimento da EGBA perante o mercado	Desenvolver programa de comunicação e marketing da EGBA	CLIENTE	Desenvolver programa de comunicação e marketing da EGBA

Remuneração da Administração

A remuneração dos administradores da EGBA se dá por:

- a) Decreto nº 8.433 de 31/01/2003.

Os membros da Diretoria da EGBA possuem a seguinte remuneração fixa mensal:

- a) Diretor Geral: R\$ 17.423,55, base Decreto Legislativo nº 2036 de 30/12/2014; e,
- b) Diretor Técnico: R\$ 16.455,58, base Decreto Legislativo nº 2036 de 30/12/2014.

Os membros do Conselho de Administração possuem a seguinte remuneração mensal:

- a) R\$ 4.500,00, base Resolução nº 005/2012.

Os membros do Conselho Fiscal possuem a seguinte remuneração mensal:

- a) R\$ 2.500,00